Trump taxa produtos brasileiros em 50%, mas preserva aço, laranja e Embraer

Rede Estação Democracia

31/07/2025

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou nesta quarta-feira (30) o decreto que impõe **tarifas de 50% sobre produtos exportados pelo Brasil**. A medida, que entra em vigor dentro de sete dias, vem acompanhada de um forte tom político e uma lista de **694 exceções**, incluindo **aço, suco de laranja e aviões da Embraer** — itens relevantes para a balança comercial bilateral.

Caricatura gerada por IA ChatGPT a partir de foto de Andrew Caballero- Reynolds/AFP

Café e carnes são os mais afetados

Apesar do escopo amplo da medida, os maiores impactos devem recair sobre **café e carnes brasileiras**, que não foram poupadas da nova tarifa. Esses produtos já estavam sujeitos a uma taxa de 10% e agora terão mais 40% acrescidos, totalizando 50%. Segundo analistas, o impacto será direto na cadeia exportadora e pode pressionar o mercado interno com oferta excedente.

Setores como **celulose** (Suzano) e **energia** também ficaram de fora, o que gerou reação positiva nos mercados. As ações da Embraer, por exemplo, subiram 11% no dia do anúncio, enquanto as da Suzano valorizaram mais de 1%.

Decreto com tom político

O documento divulgado pela Casa Branca justifica as tarifas como resposta a políticas brasileiras que “ameaçam de forma incomum e extraordinária a segurança nacional, a política externa e a economia dos EUA”. O texto acusa diretamente o governo Lula e o Supremo Tribunal Federal de promoverem censura e perseguição política.

Trump afirma que a medida responde à “perseguição, intimidação, assédio, censura e processos politicamente motivados contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e milhares de seus apoiadores”. A ordem executiva classifica essas ações como “graves violações dos direitos humanos” que “minam o Estado de Direito no

Brasil”.

Regulação das redes e sanções a Moraes

A Casa Branca destaca que o Brasil estaria usando métodos “tirânicos e arbitrários” para coagir empresas americanas de tecnologia. Menciona ameaças como **multas, processos criminais, congelamento de ativos e exclusão do mercado brasileiro**. Entre os citados, está o ministro do STF, **Alexandre de Moraes**, acusado de usar sua posição para “intimidar oponentes políticos e censurar empresas de mídia social”.

A ordem relata que Moraes teria emitido “centenas de ordens secretas” para censura e que, ao serem desobedecidas, impôs **multas e sanções contra plataformas como X (antigo Twitter) e Rumble**. Também cita o caso do brasileiro **Paulo Figueiredo**, processado no Brasil por declarações feitas nos EUA.

Reação do governo Lula

O governo brasileiro considerou o decreto uma tentativa de interferência externa e classificou as acusações como “infundadas”. O Ministério das Relações Exteriores anunciou que acionará a **Organização Mundial do Comércio (OMC)** e estuda **tarifas retaliatórias** com base na Lei de Reciprocidade Comercial.

Nos bastidores, aliados do presidente Lula afirmam que o episódio pode reforçar sua imagem de defensor da soberania nacional. A diplomacia brasileira tenta ainda articular apoio de parceiros comerciais como União Europeia, China e Mercosul para barrar os efeitos do tarifaço.

Via Rede Estação Democracia

Compartilhe nas redes: